

## Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António

## Aviso n.º 8940/2019

**Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).**

O Diretor do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António torna público, para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que na sequência da homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal de regularização extraordinária de vínculos precários, PREVPAP, publicitados na Bolsa de Emprego Público com o n.º OE201810/0531, foram celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a três de dezembro de dois mil e dezoito, com os seguintes trabalhadores:

| Nome                                     | Categoria/carreira      | Nível remuneratório |
|--|-------------------------|---------------------|
| António José das Dores Cardoso . . . . . | Assistente Operacional. | 2.º                 |
| Marta Sofia Martins Paixão . . . . .     | Assistente Operacional. | 2.º                 |
| Rosa Maria Afonso Cavaco Fernandes       | Assistente Operacional. | 2.º                 |

15 de abril de 2019. — O Diretor, *Vitor José Carreira Anastácio Junqueira*.

312231359

## Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz

## Aviso n.º 8941/2019

Torna-se público que fica sem efeito o Aviso n.º 8124/2019, publicado no *Diário da República* n.º 90, 2.ª série, de 10-05-2019.

10 de maio de 2019. — O Diretor, *José Manuel Pinto Castanho*.  
312290035

**EDUCAÇÃO, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE****Gabinetes dos Ministros da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Ministra da Saúde**

## Despacho n.º 5127/2019

Na sequência dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, adiante designado por SNIPI, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento e funciona em articulação com as estruturas representativas dos Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde.

O citado decreto-lei cria, ainda, a Comissão de Coordenação do SNIPI, adiante designada por Comissão, cuja constituição e regras de funcionamento são estabelecidas no Despacho n.º 405/2012, de 30 de dezembro de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de janeiro de 2012.

Considerando que importa assegurar o normal funcionamento da Comissão para o cumprimento das suas atribuições, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, determinam os Ministros da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Ministra da Saúde o seguinte:

1 — É nomeada representante do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social a mestre Sandra Cristina Nunes Alves,

diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, I. P., que presidirá à Comissão de Coordenação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

2 — É nomeada representante do Ministério da Educação a Doutora Maria João do Vale Costa Horta.

3 — Cessam funções de representantes por parte do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, a licenciada Sofia Borges Lopes de Oliveira Pereira, e por parte do Ministério da Educação, o licenciado Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha.

4 — Mantêm-se as restantes nomeações constantes do Despacho n.º 4672/2017, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104/2017.

5 — Considerando que o licenciado Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha cessou funções no Ministério da Educação a 3 de janeiro de 2018, de acordo com o estabelecido na alínea a), do n.º 2, do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo, relativamente ao representante do Ministério da Educação, o presente despacho produz efeitos a 3 de janeiro de 2018, no demais, o presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

9 de maio de 2019. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — 8 de maio de 2019. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — 9 de maio de 2019. — A Ministra da Saúde, *Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões*.

312287744

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

## Instituto de Informática, I. P.

## Aviso (extrato) n.º 8942/2019

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo de 26 de março de 2019, foi homologada a lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal conducente ao recrutamento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior — Área de Qualidade e Auditoria, aberto pelo aviso n.º 13100/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de setembro de 2018.

Mais se informa que a lista será afixada na sede do Instituto de Informática, I. P., e publicitada na sua página eletrónica, em [www.seg-social.pt/Organismos/Instituto de Informática, I. P./Gestão de Recursos Humanos/Procedimentos Concursais](http://www.seg-social.pt/Organismos/Instituto de Informática, I. P./Gestão de Recursos Humanos/Procedimentos Concursais).

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291112

## Aviso (extrato) n.º 8943/2019

Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, tendo sido autorizada a consolidação definitiva da situação de mobilidade na categoria, nos termos do artigo 99.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 5 de fevereiro de 2019, com o trabalhador Nuno João Correia Ramos, integrado na 6.ª posição remuneratória da carreira e categoria de assistente técnico, nível remuneratório 11 da tabela remuneratória única.

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291015

## Aviso (extrato) n.º 8944/2019

Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, tendo sido autorizada a consolidação definitiva da situação de mobilidade na categoria, nos termos do artigo 99.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 22 de janeiro de 2019, com o trabalhador Carlos Amarelido Bernardino Domingos, integrado na 3.ª posição remuneratória da car-

reira e categoria de técnico superior, nível remuneratório 19 da tabela remuneratória única.

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312290943

#### **Aviso (extrato) n.º 8945/2019**

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, tendo sido autorizada a consolidação definitiva da situação de mobilidade na categoria, nos termos do artigo 99.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 6 de março de 2019, com o trabalhador Paulo Jorge Marques Silva, integrado no 2.º escalão/índice 760 das categoria de especialista de informática grau 3 nível 1, da carreira de especialista de informática, ficando posicionado entre o nível 42 e 43 da tabela remuneratória única.

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291291

#### **Aviso (extrato) n.º 8946/2019**

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 39.º e alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo de 19 de fevereiro de 2019, foi homologada a lista unitária de ordenação final referente ao concurso interno de ingresso conducente ao recrutamento de dois postos de trabalho na carreira de Especialista de Informática com a categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, para o Departamento de Administração de Sistemas, Área de Suporte Aplicacional, aberto pelo aviso n.º 13011/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro de 2018.

Mais se informa que a lista será afixada na sede do Instituto de Informática, I. P. e publicitada na sua página eletrónica, em [www.seg-social.pt/Organismos/Instituto de Informática, I. P./Gestão de Recursos Humanos/Procedimentos Concursais](http://www.seg-social.pt/Organismos/Instituto de Informática, I. P./Gestão de Recursos Humanos/Procedimentos Concursais).

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291194

#### **Deliberação n.º 622/2019**

##### **Designação, em regime de substituição, de dirigente intermédio de 2.º grau**

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., de 25 de setembro de 2018, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por reunir os requisitos legais, dada a vacatura do cargo de Coordenador da Área de Desenvolvimento do Departamento de Arquitetura e Desenvolvimento, é designada em regime de substituição, a licenciada Ana Ribeiro Cruz, cuja competência técnica, experiência profissional e formação, se afiguram plenamente adequadas ao desempenho do cargo, como resulta da respetiva nota curricular que se publica em anexo.

De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a designada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2018, inclusive.

##### **Nota curricular**

Ana Ribeiro Cruz, nascida a 9 de maio de 1979, licenciada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa.

Entre 2005 e 2006 desempenhou funções de técnica no sector privado e entre 2006 a 2012 foi coordenadora de projetos no Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações (ex-ACIDI).

Em 2013 frequentou e concluiu o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

No ano seguinte integra os quadros do Instituto Informática (II, I. P.), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), como técnica superior, onde assumiu a gestão de diversos projetos de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, relevando-se os seguintes: Cartão Europeu De Seguro De Doença (CESD), Visita por Marcação Prévia (VMP), Envio Massivo de Emails (EME), Plataformas de Inqué-

ritos, SigaApp, Caracterização de Anual da Situação de Acolhimento (CASA).

Em 2016 integra a Área de Desenvolvimento do Departamento de Arquitetura e Desenvolvimento desse mesmo Instituto, passando a assumir também a gestão dos projetos Canais de Pagamento (MICAP) e Controlo de Monitorização de Protocolos (CMP).

15 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291915

#### **Deliberação (extrato) n.º 623/2019**

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., de 12 de março de 2019, nos termos do n.º 1 do artigo 280.º e do artigo 281.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi concedida licença sem remuneração pelo período de 360 dias, com efeitos a 1 de maio de 2019, à Técnica Mariana Inês de Mira Castro Vaz do Nascimento, pertencente ao mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P.

16 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., *Paula Margarida Barrocas Salgado*.

312291089

## **SAÚDE**

### **Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.**

#### **Aviso n.º 8947/2019**

#### **Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de cinco postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários.**

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em resultado do reconhecimento da situação de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes no Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, que se encontrava formalizada através de vínculo jurídico inadequado, e na sequência dos resultados obtidos no procedimento concursal para preenchimento de cinco postos de trabalho na carreira de assistente técnico, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início a 1 de abril 2019, na carreira e categoria de assistente técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira e ao nível 5 da tabela remuneratória única, no montante de 683,13€, com os candidatos:

Cidália Jesus Fernandes Silva.  
Lélia Maria Florêncio de Jesus.  
Rodrigo Dias Tomás.  
Sónia Margarida Ortigoso Nunes.  
Telma Cristina Joaquim Martins.

25 de março de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.

312285451

#### **Aviso n.º 8948/2019**

#### **Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de vinte e sete postos de trabalho da carreira de Assistente Operacional — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários.**

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em resultado do reconhecimento da situação de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, que se encontrava formalizada através de vínculo jurídico inadequado, e na sequência dos resultados obtidos no procedimento concursal para preenchimento de vinte e sete postos de trabalho na carreira de assistente operacional, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início a 01 de março 2019, na carreira e categoria de